
Regimes alimentares e questões agrárias

Andreya Raquel Medeiros de França¹

A pressão crescente pela produção de alimentos, buscando resolver as questões da desnutrição inerentes, principalmente, aos países em desenvolvimento, trouxe consigo, em larga escala, os pacotes agrícolas que geraram consequências como a compactação do solo e a supressão vegetal pelo uso intenso de maquinário, a deposição de elementos químicos no solo e na água pelo emprego de fertilizantes químicos e agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas, ou Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou ainda, pela biotecnologia, as sementes transgênicas.

Diante dessa problemática, o professor do Departamento de Sociologia do Desenvolvimento da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, Philip McMichael, escreveu o livro *Regimes alimentares e questões agrárias*, com o objetivo de analisar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura por meio dos conceitos de regimes alimentares e questões agrárias, posicionando o alimento como fator central da questão agrária, sem questionar a relevância da disputa por terra.

A obra tem, em sua primeira parte, os três capítulos iniciais, a ideia de apresentar a discussão sobre o regime alimentar e seus aspectos históricos. A abordagem de McMichael é direcionada para corroborar de maneira transcendente como cada um dos três regimes alimentares, a partir de seus períodos históricos, contribuíram na transição de elementos de um regime ao outro, de modo reestruturado.

É notável o destaque do conceito de regime alimentar definido por McMichael, resgatado de teorias defendidas por Friedman. O autor define o regime alimentar como uma nova ordem mundial capitalista, que passa a ser regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em proporção mundial, fazendo referência ao modo como estes

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: andreya_raquel@hotmail.com

são utilizados em escala global para o processo de acumulação. McMichael parte ainda de uma combinação do conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1974) com o conceito de regulação da acumulação de capital, defendido por Michel Aglietta (1979).

Cada regime incorpora uma institucionalização de forças políticas e sociopolíticas que estruturam as relações agroalimentares internacionais naquele momento, enquanto predizem um aprofundamento das relações agroalimentares de mercadorias.

O primeiro regime alimentar estabelecido por McMichael tem início na Grã-Bretanha, no ano de 1870 e perdurou até 1930, e é definido como o regime alimentar imperial. Esse regime, partia de uma combinação de produtos tropicais enviados das colônias para a Europa e da importação de grãos básicos e produtos da pecuária de estados coloniais, que abastecia principalmente as classes industriais europeias emergentes. O desenvolvimento do século XX passou a ser moldado com base nos estabelecimentos de setores de agricultura comercial em estados coloniais emergentes – Estados Unidos, Canadá e Austrália –, dentro de uma dinâmica articulada entre os setores agrícolas e industriais domésticos.

O segundo regime compreendeu o período entre 1950 e 1970, esteve centrado nos Estados Unidos e redirecionou o seu fluxo excedente de alimentos para o império formado por estados pós-coloniais no perímetro da Guerra Fria. Esses excedentes alimentares eram provenientes das políticas agrícolas subsidiadas que impulsionavam um programa de apoio a alimentos de baixo custo, o qual financiava o trabalho assalariado em nações anteposta do Terceiro Mundo, garantindo, assim, dependência e mercados imperiais. O modelo norte-americano de agroindustrialização internacional foi incorporado pelos estados desenvolvimentistas, que focavam na adoção de tecnologias oriundas da Revolução Verde; e, como forma de barrar a inquietude dos camponeses e estender as relações de mercado ao campo, foi estabelecida a reforma agrária.

McMichael considera então que os dois primeiros regimes arrogaram o abastecimento de alimentos de maneiras distintas, sendo a crise do primeiro regime o que estimulou a transição para uma forma de acumulação intensiva, centrada na indústria alimentícia dos Estados Unidos, e sua agricultura de exportação orientada para os cinturões agrícolas. E foi durante a crise alimentar do início da década de 1970 que houve a separação da ajuda alimentar pública, humanitária, das vendas comerciais, o que abriu caminho para um realinhamento da então segurança alimentar com o provisionamento de mercado.

O terceiro regime transcorreu entre os anos de 1980 e 2000, e teve como base países do Terceiro Mundo como China e Brasil. Este ficou conhecido como “regime alimentar corporativo” e incorporou novas regiões ao mercado alimentar de proteína animal, integrando cadeias de suprimento

diferenciadas a uma nova revolução do supermercado. Esse terceiro regime, levando consigo legados dos regimes anteriores, expressou um novo momento na história política do capital, ficando conceituado como um projeto de globalização neoliberal. Orientados por visões sociais alternativas ou por demandas políticas que se manifestaram insatisfeitas com um sistema alimentar altamente dependente de combustíveis fósseis, esses movimentos registraram agravamento da crise da agricultura industrial. Além disso, McMichael destaca a importante característica desse terceiro regime, o seu direcionamento para consumidores assalariados em uma oferta combinada de estender a elasticidade do consumo de alimentos e ampliar mercados alimentares por meio do comércio justo. Esse regime tem então um forte antagonismo, pois, ao mesmo tempo que se apresenta como um requisito para a segurança alimentar, leva populações à miséria por meio do exercício do poder do monopólio.

A discussão sobre a soberania alimentar como intervenção estratégica é híbrida ao abordar necessidades imediatas e apresentar alternativas substantivas de longo prazo. A soberania alimentar passa a defender a reterritorialização de estados por meio da revitalização das ecologias alimentares locais e do reconhecimento dos direitos das pessoas a terra.

Foi nesses períodos, e em suas transições, que houve a reformulação da política de desenvolvimento que englobou as consequências do modelo agrícola empregado. Consequências essas que tinham relações principalmente com as questões de sustentabilidade ambiental, acesso a alimentos, à segurança alimentar e à saúde pública. Fica explícito que, mesmo cada regime tendo seu próprio perfil organizacional, elementos do regime anterior são transferidos para o regime seguinte, embora reformulados.

De maneira concisa, o autor afirma que um regime alimentar representa uma conjuntura histórico-mundial em particular, na qual regras essenciais definem uma relação de abastecimento alimentar em que o preço mundial é administrado.

Ao trazer a discussão sobre a relação da questão agrária (ou seria crise agrária) com os regimes alimentares, McMichael expressa seu conceito para o que ele denomina questão agrária do alimento, que representa a luta do movimento de soberania alimentar em desnaturalizar a segurança alimentar baseada no mercado e incorporar as relações alimentares às práticas ecológicas em nível global. O posicionamento do autor sobre a questão agrária fica esclarecida ao argumentar a necessidade de mudança do sistema alimentar com base na agroexportação em escala industrial por um sistema baseado em soberania alimentar, que devolva à terra a sua função social como produtora de alimentos e sustento da vida, que

coloque no centro das discussões a produção local de alimentos, assim como os mercados locais e seu processamento.

Na segunda parte do livro, o autor retoma a discussão sobre o regime alimentar, construindo um paralelo dos três ciclos do regime e suas transições, expondo as repercussões em regiões distintas, no Leste Asiático, na América Latina e no Oriente Médio. O autor descreve como processos locais, nacionais, regionais e globais são regidos pela dinâmica contraditória dos regimes. As relações do regime alimentar geram novas dimensões, indo além nova tendência a privilegiar as relações de modo a minimizar a face social, mas relações com temas emergentes sobre a questões de gênero, raça, mão de obra, assim como debates acerca de temas ecológicos e nutricionais e a financeirização dos alimentos.

O atual regime alimentar, o corporativo, tem seu primeiro registro de crise em 2007-2008, com o pico nos preços dos alimentos e o protesto por comida em países principalmente da África. As condições de produção têm gerado uma crise de acumulação do atual regime que passa a refletir sobre a modificação a longo prazo da vertente fundamental do capitalismo neoliberal e de suas condições de produção. Em detrimento da perda de força das nações do Norte no controle do regime alimentar, isso está relacionado diretamente aos desafios do G-20 às regras da OMC, da ascensão dos países do Sul na agroexportação, e a apropriação dos suprimentos agrícolas ignorando o multilateralismo da OMC. Mesmo que as regras da OMC busquem garantir um regime alimentar barato, as nações do Norte, ao legitimarem a prática do dumping, fazem surgir novas direções institucionais que passam a reestruturar a capacidade do regime alimentar corporativo.

O autor finaliza o livro discutindo as relações de valor e quais são esses valores nos regimes alimentares. É o modelo do regime alimentar corporativo que vem ao longo do tempo moldando progressivamente uma forma de agricultura que valoriza seu produto unicamente como mercadoria. Enquanto o foco clássico da questão agrária referia-se à reprodução do capital, o movimento de soberania alimentar inverte isso, mesmo ainda tendo um longo caminho a percorrer, ao incorporar as questões de reprodução social à prática agrícola, desenvolvendo relações de valor que dão suporte positivo a relações sociais e ecológicas. Destacando ainda que o regime alimentar corporativo gera uma conjuntura contraditória, por vezes uma trajetória de subjetividade na agroindustrialização, e, em outras, o fortalecimento da agricultura de base agroecológica. Expressando assim que o movimento de soberania alimentar é ao mesmo tempo um reflexo do projeto neoliberal e uma ontologia política alternativa e formativa que cria valores antiéticos de autovalorização do capital a qualquer custo.

Todavia, é certo afirmar que a obra cumpre o seu papel de contribuir com a discussão de maneira clara e concisa sobre o mundo agrário, desde uma perspectiva histórica e rica em casos empíricos, ao mostrar a realidade geopolítica no contexto dos períodos dos regimes alimentares. Levanta ainda a discussão sobre a soberania alimentar, e os rumos que esta tem tomado, nos fazendo questionar qual o papel social da alimentação, além de mostrar quão importante é essa discussão, pois McMichael traz claramente em sua obra a prerrogativa de discutir como a alimentação tem saído do controle dos consumidores e agricultores.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes Alimentares e Questões Agrárias*. São Paulo: Editora Unesp e Editora da UFRGS, 2016. 256 p. Resenha de: FRANÇA, Andreyra Raquel Medeiros de. *Regimes alimentares e questões agrárias*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2, p. 440-444, jun. 2019.

Recebido em outubro de 2018.

Aceito em fevereiro de 2019.